

BRASÍLIA-DF – 27/02/2018

PR: Fórum em Defesa da Liberdade Sindical



Integrantes do movimento sindical paranaense participaram na manhã da última quinta-feira (22/02), na sede do MPT/PR 9.ª Região, da reunião do Fórum em Defesa da Liberdade Sindical. O Evento ocorreu na sede do Ministério Público do Trabalho (MPT) no Paraná, localizada na Av. Vicente Machado, n.º 84, Centro, Curitiba/PR.

Na reunião foram discutidos temas como o custeio sindical, negociações coletivas e práticas antissindicais. O Fórum vai além dos temas discutidos. Propiciar a promoção na unidade na resistência ao desmonte dos direitos trabalhistas impostos pelo setor patronal através das “reformas” do ilegítimo governo Temer. Reformas, estas, que vieram para implodir os direitos dos trabalhadores. O movimento sindical tem posicionamento político de que a reforma trabalhista é fruto do nítido conluio do interesse empresarial e governamental em detrimento dos interesses dos trabalhadores do país. O sintoma mais gritante da referida articulação da emergência exclusiva de implementação de uma reforma unicamente alicerçada nos interesses privados, reflete-se no processo legislativo que padeceu do necessário e prévio debate e diálogo social estruturante, inclusive de todos os atores sociais em tamanha modificação no ordenamento juslaboral, fato esse, denunciado pelas centrais sindicais brasileiras perante a Organização Internacional do Trabalho - OIT; todas as entidades representativas integrantes da sociedade civil e da arquitetura institucional trabalhista – ABRAT, ANAMATRA, ANPT, CENTRAIS SINDICAIS, SINAIT, CNBB; além da comunidade acadêmica e científica – todos marcaram posição francamente contrária ao conteúdo da reforma e ao procedimento açodado para adoção de expressiva mudança no marco regulatório nacional.

No plano discursivo, seja da mídia tradicional, ou dos agentes políticos e econômicos na trincheira da defesa da reforma trabalhista, alardeava-se que a alteração legislativa promoveria a modernização das relações de trabalho, valorização da negociação coletiva, segurança jurídica e indução de maior formalização do mercado de trabalho. Na prática, o resultado do processo legislativo que originou a edição da **Lei 13467/2017** suscitou uma maior fragmentação das representações sindical via terceirização e pejotização, emergência de dispositivos legais que alijam o poder sindical na mediação dos interesses da classe trabalhadora, exceto para reduzir ou suprimir direitos previstos em lei; enfraquecimento do poder dos instrumentos coletivos em função da eliminação da ultratividade das normas coletivas; vulneração das finanças sindicais em razão da supressão abrupta da contribuição sindical obrigatória e limitação de acesso ao sistema de justiça com a inoculação de regras draconianas no processo do trabalho.

A iniciativa da criação do fórum foi do procurador do Trabalho no Paraná, **Alberto Emiliano de Oliveira Neto**, vice-coordenador

nacional da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (**Conalis**), do MPT. A ideia é que MPT e as entidades sindicais possam construir uma narrativa conjunta de efetiva promoção da liberdade sindical.

(NCST/PR)

Uber, intervenção no Rio e dívidas dos estados ocupam semana do Congresso



por *Hylida Cavalcanti*

A semana começa na capital do país com reuniões para início efetivo dos trabalhos dos grupos designados pela **Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal** para acompanhar o andamento da intervenção federal no Rio de Janeiro. Nas pautas do plenário das duas Casas Legislativas, estão previstas propostas voltadas para a área de segurança pública e a votação final do projeto que regulamenta aplicativos de transporte, como o Uber.

No **Executivo**, a expectativa é a criação, pelo presidente Michel Temer, **do novo ministério de Segurança Pública** e a divulgação do nome que ocupará a pasta. Também está sendo esperada, até quarta-feira (28), a **divulgação do planejamento das Forças Armadas para as ações da intervenção federal no Rio de Janeiro**.

No **Judiciário**, o destaque é a posse do novo presidente do Tribunal Superior de Justiça (TST), ministro **João Batista Brito Pereira**, programada para a tarde desta segunda-feira (26). No Palácio do Planalto, os próximos dias serão marcados por audiências dos ministros de articulação política com parlamentares e empresários – sobretudo para discussão da participação do governo no Fórum Mundial da Água, que será realizado em Brasília a partir de 18 de março.

O item principal da pauta da **Câmara** é o Projeto de Lei (PL) 5587/2016, que **regulamenta serviços de transporte com aplicativos e está programado para votação na terça-feira (27)**. Os deputados vão apreciar o texto substitutivo do Senado ao PL, que tem como autor o deputado Carlos Zarattini (PT-SP). Como o Senado fez várias mudanças na matéria, o PL teve de ser retornado para outra apreciação na Câmara.

Uma das principais alterações feitas pelos senadores foi a retirada da autorização dada, pelo texto original, aos municípios, de autorizarem tal atividade, mantendo apenas a competência para fiscalizar o serviço. Uma segunda emenda, também aprovada pelo Senado, tirou da proposta original a obrigatoriedade de que o condutor seja proprietário do veículo e do uso de placas vermelhas nos carros.

Outro projeto que está na pauta da semana na Casa é a Medida Provisória (MP) 801/17, que dispensa os governos estaduais de uma

série de exigências para renegociar dívidas com a União. A questão foi discutida durante várias reuniões em 2017 e negociada por vários governadores e o Palácio do Planalto no início do mês. O que se espera é que líderes diversos sejam chamados ao Palácio do Planalto, antes da votação, para que discutam a matéria.

O tema é polêmico porque a concessão de maiores benefícios é vista por alguns parlamentares da oposição como forma de o governo conseguir mais votos para matérias do seu interesse e, ao mesmo tempo, prejudicar as contas da União. Outro grupo de deputados e senadores, tanto opositoristas como da base do governo, têm o entendimento de que mesmo com novas condições estabelecidas no ano passado, os estados não têm como obedecer às exigências para renegociação de suas dívidas e o debate continua.

Empresas aéreas

Está previsto, ainda, o PL 2.724/15. Segundo informações da Agência Câmara, o texto está apensado ao PL 7.425/17, do Executivo, que libera o **controle de empresas aéreas nacionais** por capital estrangeiro. O item é criticado pelos partidos da oposição, que pretendem debater ao máximo a proposta e, dependendo dos rumos da discussão, até mesmo obstruir a votação.

O Conselho de Ética é outro órgão da Casa que suscita atenções a partir de terça-feira. Estão previstas reuniões do colegiado para avaliar a instauração de processos por quebra de decoro contra quatro deputados: Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA), Celso Jacob (PMDB-RJ), João Rodrigues (PSD-SC) e Paulo Maluf (PP-SP, afastado do mandato).

Vieira Lima é investigado por crimes de lavagem de dinheiro, associação criminosa e ameaça. Maluf, Celso Jacob e João Rodrigues atualmente se encontram presos.

No Senado, estão previstos dois projetos na área de Segurança Pública pelo plenário. O primeiro é o que proíbe o contingenciamento de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). O segundo, conforme a Agência Senado confere à Polícia Federal a tarefa de investigar crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, caso se comprove o envolvimento de agente de órgão de segurança pública estadual.

Propostas de desburocratização

Dependendo do ritmo das votações das prioridades, os senadores podem votar, ao longo da semana, outros três textos elaborados pela chamada Comissão Mista de Desburocratização, apresentados como sugestão no encerramento dos trabalhos da Casa, no ano passado. São 16 PLs, que abordam regras para simplificação de temas como patentes, registros em cartório, emissão de documentos, alvarás e licenciamentos.

Os parlamentares das duas Casas vão discutir, ainda, os preparativos e a forma de participação e palestras durante a **participação do Congresso no Fórum Mundial da Água**, evento internacional que será realizado no Brasil, a partir do dia 18. E dar início à agenda das comissões criadas para **acompanhar a intervenção federal no Rio de Janeiro**.

O grupo de senadores a ser designado, tem o objetivo claro de

verificar possíveis violações aos direitos humanos durante a intervenção. Já o grupo da Câmara, que é formado por técnicos e servidores da Casa, tem a proposta de acompanhar os trabalhos das Forças Armadas de modo geral.

No TST, o ministro que assume a presidência do tribunal, João Batista Brito Pereira, já foi corregedor-geral da Justiça do Trabalho e é um magistrado que, apesar de algumas posições de tom conservador, é produtivo e mais aberto a negociações e contatos com sindicalistas que o atual presidente, o jurista Ives Gandra Martins Filho. A mudança da administração do tribunal – que envolve além da troca da presidência, também da vice-presidência e da corregedoria – acontece durante um período de dois anos e representa, sempre, mudanças na gestão da mais alta Corte trabalhista do país.

Confira a agenda da semana:

Segunda-feira (26/2):

Câmara dos Deputados

- 9h: Sessão solene no plenário para lançamento da Campanha da Fraternidade de 2018

Senado Federal

- Abertura dos trabalhos no plenário/ Prioridade para votação de propostas da área de Segurança Pública

Judiciário

- 17h: Posse do novo presidente, vice-presidente e corregedor-geral do TST

Terça-feira (27/2):

Executivo

- 10h: Reunião no Palácio do Planalto com líderes partidários da base aliada

Câmara dos Deputados

-14h30: Instauração, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, de processos em desfavor dos deputados Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA), Paulo Maluf (PP-SP), Celso Jacob (PMDB-RJ) e João Rodrigues (PSD-SC); e sorteios das listas tríplexes para escolha dos relatores.

- 16hs: Sessão ordinária para votação de pauta que inclui, entre outros itens, projeto que regulamenta serviços de transporte com aplicativos (PL 5587/16)

Senado Federal

- 16h: Sessão ordinária para votação das matérias da pauta/ Prioridade para votação de propostas da área de Segurança Pública

Quarta-feira (28)

Câmara dos Deputados

- Votação de propostas remanescentes do dia anterior

Senado Federal

- Votação de propostas remanescentes do dia anterior

Ao longo da semana:

- Elaboração de agenda para acompanhamento da intervenção no Rio de Janeiro por grupos de parlamentares criados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado

- Divulgação da criação do ministério da Segurança Pública, pelo Executivo

- Divulgação do planejamento das Forças Armadas para as ações da intervenção federal no Rio de Janeiro

- Discussão, no Executivo e no Legislativo, dos preparativos para participação do governo e dos parlamentares no Fórum Mundial da Água – a ser aberto em 18/3

(Rede Brasil Atual-RBA)

Sem consenso, MP que trata de concessões de rodovias federais perde a validade



Sem consenso na Câmara para ir a votação, a medida provisória (MP) 800/2017, que estabelece as diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais, perde a validade nesta segunda-feira (26). Para que os efeitos da medida continuassem valendo, o texto precisaria ter sido votado na Câmara e no Senado até hoje. Contrários à MP, vários partidos – inclusive da base – obstruíram a votação na sessão da Câmara na última quarta-feira (21). O DEM e o PSDB chegaram a retirar a obstrução à MP, mas PSB, PDT, PT, PCdoB, Psol PV, Podemos, PTB, Pros e PSD continuaram obstruindo a sessão. Pontos incluídos na MP, como a renovação da concessão de portos e a falta de punição para a empresa que não cumprir o cronograma dos investimentos, foram os que sofreram mais resistência.

O deputado Fábio Trad (PSD-MT) sugeriu que o governo reedite a medida provisória para dar mais tempo para a negociação do texto. Mas os deputados Esperidião Amin (PP-SC) e Hugo Leal (PSB-RJ) lembraram que em 2016 o governo já tentou rever os contratos de concessão de rodovias ao incluir o alongamento dos investimentos na MP 752/16. À época, o plenário também não concordou com a medida.

Hugo Leal destacou ainda que o usuário perderia com o novo prazo para os investimentos. “São rodovias que não são duplicadas,

ampliando o risco de mortes e acidentes”, disse. Já o deputado Afonso Motta (PDT-RS) ressaltou que seriam beneficiadas as empresas que não cumpriram os contratos. “A medida é benevolente com os concessionários que descumprem as obrigações contratuais, gerando riscos ao usuário”, avaliou.

O parecer apresentado pelo relator da proposta, deputado José Rocha (PR-BA), previa a postergação dos investimentos uma única vez em comum acordo com a concessionária. O prazo máximo da reprogramação seria de até 14 anos, condicionado à demonstração da sustentabilidade econômico-financeira da concessão. A reprogramação implicaria ainda na suspensão das obrigações de investimentos e no cancelamento das multas pelo atraso das empresas.

A Agência Brasil entrou em contato com a Casa Civil para saber se há interesse do governo em alterar a proposta e mandar um novo texto ao Congresso sobre o assunto, mas até o fechamento dessa reportagem, não houve retorno.

(Agência Brasil)

Maia estaria pronto a lançar sua candidatura à Presidência da República



Maia será mais um integrante do governo “a buscar o Palácio do Planalto em 2019”, disse fonte. O titular do Ministério da Fazenda, Henrique Meirelles, também admitiu a possibilidade de se candidatar; mesmo que o presidente Michel Temer tente a reeleição.

O presidente da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Maia (DEM -RJ), entrará na disputa presidencial deste ano. Ele lançará sua pré-candidatura no mês de março, segundo uma fonte do DEM, conforme adianta uma nota da agência inglesa de notícias Reuters, publicada neste sábado (24/02).

Maia será mais um integrante do governo “a buscar o Palácio do Planalto em 2019”, acrescenta a agência. O titular do Ministério da Fazenda, Henrique Meirelles, também admitiu a possibilidade de se candidatar; mesmo que o presidente Michel Temer tente a reeleição.

Esta semana, em entrevista a uma rádio, Temer afirmou que não é e nem será candidato à Presidência, mas integrantes do governo não descartam a possibilidade.

Lista

Segundo especialistas, a intervenção militar no Rio de Janeiro

poderia ser uma cartada do emedebista, em busca de popularidade; apoio e votos, em Outubro deste ano.

— A pré-candidatura deve ser lançada no dia 8 de março — disse a fonte da legenda, à agência, em condição de sigilo.

E acrescentou:

— Está certo isso.

Recentemente, Maia declarou que o partido teria três ou quatro nomes de qualidade para a disputa à Presidência. O dele estaria na lista.

(Correio do Brasil)

Se há conflito, Constituição prevalece sobre a lei, diz novo presidente do TST



Na posse da direção da Corte trabalhista, Temer ouviu críticas à mudança nas leis. Procurador-geral destaca "resistência a propósitos precarizantes"

São Paulo – Na cerimônia de posse da direção do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Michel Temer teve de escutar críticas à Lei 13.467, de "reforma" da legislação trabalhista. Já o novo presidente da Corte, João Batista Brito Pereira, disse que a administração "não sonha com unanimidade, mas com unidade". Com Temer à direita e o vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, à esquerda, ele afirmou que a lei será cumprida, mas acrescentou que cabe ao Judiciário aplicá-la. "Se estiver em conflito com a Constituição, prevalece a Constituição."

Ministro do TST desde 2000, vindo do Ministério Público do Trabalho, Brito Pereira disse que segurança jurídica é valor fundamental do Estado democrático de direito. Segundo ele, a prioridade da nova direção é a implementação da lei que entrou em vigor em 11 de novembro na jurisprudência do TST. [A nova gestão é vista com expectativa pelo movimento sindical](#), que identifica no antecessor de Pereira, o ministro Ives Gandra Martins Filho, um defensor da flexibilização e da "reforma" apresentada pelo governo. Havia vários dirigentes posicionados na plateia, no auditório do tribunal.

[Há uma comissão interna no TST que discute a atualização de súmulas e outras normas](#). Uma das divergências diz respeito à data de aplicação: parte dos juízes entende que as mudanças não podem valer para contratos vigentes antes de 11 de novembro, enquanto outro grupo defende aplicação em todos os casos.

Ao afirmar que a Justiça do Trabalho "é promotora da paz nas relações de trabalho", Brito Pereira disse que esse clima deve

começar internamente. "Essa união não frutificará se um de nós for excluído ou se recusar ao diálogo", discursou, falando em "unidade com independência".

Para o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, a Justiça do Trabalho é "maltratada" e sofre uma "campanha de descrédito" em razão de sua "resistência aos propósitos precarizantes". Ele manifestou solidariedade e expectativa de que os novos dirigentes do TST "saibam posicionar a Corte em seu devido lugar, atuando de forma alta, responsável e serena".

Ele destacou que, recentemente, [a Organização Internacional do Trabalho \(OIT\) publicou relatório de seu Comitê de Peritos](#) que traz observações sobre a Lei 13.467. O documento, lembrou, inclui "pontos que demandam revisão pelo governo brasileiro" por apresentarem "contraste com convenções internacionais".

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Claudio Lamachia, afirmou que a excessiva desigualdade e a "primazia do poder financeiro" são desafios ao regime democrático. "Estamos em momento histórico de diluição de importantes valores civilizatórios, notadamente na seara trabalhista. "Se por um lado não podemos aceitar estagnação, por outro não podemos aceitar retrocessos que possam ferir direitos há muito incorporados ao patrimônio jurídico dos trabalhadores brasileiros", discursou. "Devemos fortalecer e não debilitar a Justiça do Trabalho, que constitui ela própria um direito da cidadania."

Além de Brito Pereira, tomaram posse Renato de Lacerda Paiva (vice) e Lelio Bentes Correa (corregedor-geral). Temer, que não discursou, levou vários ministros à cerimônia, como Torquato Jardim (Justiça), Henrique Meirelles (Fazenda) e Eliseu Padilha (Casa Civil). Também estavam lá, entre outros, o ex-presidente José Sarney, o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, e a ministra do STF Rosa Weber.

(Rede Brasil Atual)